

O SURREALISMO NOS PRIMÓDIOS DO PROCESSO ANTIMANICOMIAL

Surrealism in the early of anti-asylum process

Paulo Rodrigo Unzer Falcade

Janaina Pelullo Sofiato

RESUMO

O presente ensaio se propõe à reflexão com o objetivo expresso de demonstrar como alguns aspectos sociais, políticos e culturais em voga na problemática antimanicomialista contemporânea ecoam um episódio da história recente: o movimento de vanguarda surrealista do início do século passado. A exploração desse episódio presta-se ao fim de oferecer continuidade, sob o aspecto da leitura histórica, ao debate acerca da crítica à necessidade de criações ficcionais de padrões normativos e à rigidez das definições identitárias. O esforço do ensaio encontra como sua aspiração maior a tentativa de revelar como esta problemática comunica-se com a evidenciada falência do projeto civilizatório moderno. Para a construção de nossa reflexão, lançamos mão de elementos encontrados, sobretudo, em *Nadja*, de André Breton, e em algumas contribuições advindas da Teoria Social e da Teoria Cultural.

Palavras-chave: Luta antimanicomial. Surrealismo. Crise da Modernidade.

ABSTRACT

This essay proposes a reflection with the intent to demonstrate how some social, political and cultural aspects in the contemporary anti-asylum movement echoes an episode of our recent history: the surrealist avant-garde movement of the early twentieth century. The exploration of this episode offers itself to continue, under the aspect of historical studies, the debate about the need for fictional creations of normative standards, or definitions of normality as related to identity. This essay aims to demonstrate how this problem communicates with the failure of the civilizing project of Modernity. The methodology used for the construction of this reflection was the literature review. For the

1. Psicólogo, Mestrando em Psicologia Social e do Trabalho pela USP. E-mail: paulounzer@gmail.com
2. Historiadora, Especialista em História da Arte pela FAAP e História, Sociedade e Cultura pela PUC-SP . E-mail: pelullo@gmail.com

construction of this analysis was used elements of Nadja, of André Breton and some contributions from the Social Theory and Cultural Theory.

Keywords: Anti-asylum movement. Surrealism. Modernity crisis.

A LIQUEFAÇÃO DA MODERNIDADE

Ao dirigir nosso foco para o interior do processo antimanicomialista que se impôs ao contemporâneo, como questão que está intermitentemente na ordem do dia para aqueles que se propõe a dirigir suas reflexões e práticas no sentido da desinstitucionalização da loucura, humanização dos tratamentos das afecções mentais e reordenação dos critérios que balizam a razão diagnóstica no campo da saúde mental, notamos similaridades com alguns eventos que foram sendo apontados e interpretados por aqueles que se dedicam ao estudo da cultura e da sociedade. Sobretudo dois eventos marcantes: no campo da Teoria Social, a significação histórica da emergência da Segunda Guerra Mundial enquanto evento radical do esfacelamento do projeto civilizatório moderno, e as implicações do movimento de vanguarda surrealista, no campo da Teoria Cultural.

A razão pela qual se mostra importante, e relevante, o exercício digressivo ao qual o presente ensaio se propõe a cobrir, encontra sua justificação em argumentos advindos da História. A História, quando vista a contrapelo, como nos convida Walter Benjamin (1985), é capaz de se mostrar extremamente útil para a demarcação de certos padrões de repetição, que podem nos fazer entender, mediante a um certo exercício crítico, o que está em jogo em episódios aparentemente descontínuos.

No campo da saúde mental contemporâneo, estamos diante de um estado de coisas cujas marcas principais se condensam nas dificuldades de consolidação da Política Nacional de Saúde Mental no contexto da Reforma Psiquiátrica, dificuldades estas sentidas especialmente pelos movimentos sociais que, como se sabe, tiveram papel de destaque na criação desta política. As dificuldades referentes à plena implantação de determinados posicionamentos no âmbito do tratamento à loucura, encontram um paralelo histórico com a luta do movimento surrealista, especificamente nas batalhas que travaram contra a psiquiatria da época. Assim, situar-se no tempo histórico mostra-se pleno em substância, especialmente para demonstrar a densidade dos acontecimentos do presente.

Posta nossa perspectiva de análise, podemos iniciar com uma caracterização da Modernidade, que foi, sobretudo, um processo iniciado no século XVI, que chegou a sua maturidade no século XIX, encontrando o seu pesadelo total no século XX (Bauman, 1998). Muito se desenrolou ao longo destes quatro séculos, a saber: colapso da confiança nas regras, tradições e convenções, crises identitárias advindas da repulsão à implementação de modelos, desvelamento de ilusões, pretensão de encontrar a verdade pela via da ciência, escavações dos avessos da representação, exploração da subjetividade privatizada, desenvolvimento da ideologia liberal, do romantismo, iluminismo, até se chegar aos regimes disciplinares (Figueiredo, 1999).

A maturidade da Modernidade no século XIX foi tributária do pleno estabelecimento do liberalismo e, conseqüentemente, do individualismo como princípios de organização nos campos da política e da economia; e do romantismo no campo das artes e da filosofia. Como nos mostra Figueiredo (1999), os movimentos de expansão e retraimento do espaço das virtudes morais, do adensamento do foro íntimo e da sobrevalorização da singularidade da experiência individual foram se desenrolando de diversas formas ao longo da Modernidade, encontrando no Liberalismo e no Romantismo sua síntese mais sólida. Segundo o autor, o estabelecimento das formas individuais e coletivas de vida orientadas pelo Liberalismo e Romantismo, foram condições para a emergência das práticas dos regimes disciplinares que, segundo Foucault (1977), iniciam-se no interior deste século com uma paulatina descaracterização das duas doutrinas acima citadas. As práticas disciplinares, que foram ganhando corpo social, desenvolveram-se no interior das tradições liberal e romântica e foram configurando o que alguns autores – em especial da Escola de Frankfurt – chamariam de sociedade administrada, ou capitalismo tardio.

Neste cenário de suposta maturidade moderna houve um grande desenvolvimento científico – algo que sempre esteve na ordem do dia da Modernidade, visto que foi na ciência que se depositou toda a esperança de cumprimento dos ideais – econômico e social. Bauman (1998) pontua que a rápida transformação pela qual os lugares onde a Modernidade tinha melhor se instalado (França, Inglaterra e Alemanha) trouxe predominantemente ao indivíduo a preocupação com a administração da vida, algo que parecia afastar o ser humano da possibilidade da reflexão moral, dado que a única preocupação seria com a eficácia em suas metas. Segundo Bauman (1998), a crise que já estava posta veio à tona com um evento radical, o holocausto. O autor, inspirado em algumas ideias de Hannah Arendt (2004), constatou que as pessoas que trabalhavam no

extermínio eram pessoas normais, e não monstros perversos como poderia se pensar. O autor identifica no holocausto o ápice de um tipo de dinâmica, em que indivíduos afastados da possibilidade de contato com a reflexão moral, por conta da preponderância da preocupação com a eficácia da administração da vida preconizada por práticas disciplinares que (des)subjetivavam a luz da racionalidade tecnológica ou instrumental, chegara ao seu topo.

Deste diagnóstico de época Bauman (1998) passa a nos perguntar se, dado o holocausto, não seria melhor que, de fato, a Modernidade -com suas utopias, anseios e preocupações-falisse. O autor nos descreve um cenário bastante crítico ao falar sobre a situação contemporânea (ou o que ele mesmo chama de mal-estar da pós-modernidade), algo que, segundo ele, demandaria a criação de uma ética para o inverno – a imagem do inverno é usada para mostrar que os ideais modernos que fizeram nossa primavera e verão caducaram. Bauman (1998) ao pensar nesse cenário frio e problemático do contemporâneo, nos mergulha na inevitável tarefa da transformação, o que segundo ele traria muito sofrimento à humanidade, mas que ao mesmo tempo poderia certamente apontar para um horizonte de esperança, dado que o projeto civilizatório deu mostras de falência, e que, portanto, a sumária assimilação desta evidência providenciaria um adiantamento na execução das imprescindíveis reformas. Esta é, aliás, uma posição que, em essência, vem sendo assumida por muitos pensadores, desde já muito tempo.

No rol destes pensadores da cultura, destacaram-se algumas proposições do movimento de vanguarda surrealista, em especial André Breton, pai do movimento. Isso porque o movimento, cuja insurgência deu-se no processo do entreguerras, foi um marco no que diz respeito à críticas e posicionamentos políticos contrários a uma das principais expressões desta degenerescência do projeto civilizatório moderno: a questão da loucura, especialmente expressa naquilo que os artistas e intelectuais do movimento chamaram do acontecimento político mais importante do século, a histeria.

O MOMENTO DO MOVIMENTO SURREALISTA

O movimento Surrealista surge efetivamente em 1924, com o *Primeiro Manifesto do Surrealismo* escrito por André Breton, porém já desde 1919 com a revista *Littérature* as ideias surrealistas são discutidas e divulgadas.

André Breton abandonou seus estudos de Medicina após a I Guerra Mundial, quando trabalhou atendendo a ex combatentes da guerra entre 1914 e 1915 no hospital Val-de-Grâce, na França, na equipe de médicos auxiliares. (ROUDINESCO, p. 19). Ele desistiu de seus estudos, passando a submeter-se a alguns princípios psicanalíticos com os quais entra em contato durante a I Guerra Mundial. A base da filosofia surrealista vem da Psicanálise freudiana.

Breton considera que a primeira obra surrealista seja o livro *Campos Magnéticos*, tendo os primeiros capítulos publicados na revista *Littérature* em 1919, marcando a ruptura com o movimento de vanguarda anterior, o Dadaísmo. Com *Campos Magnéticos* a relação entre arte e lógica está rompida através da escrita automática, método de escrita adotado pelos escritores surrealistas, onde há a abolição de uma descrição estilística desnecessária para o que realmente interessaria à proposta de revolução do espírito.

O Surrealismo mais do que uma forma de pensar e fazer arte, passa a ser um movimento político revolucionário que se propunha, antes de mais nada, promover uma espécie de reforma do espírito ao reinventar a relação do homem com sua própria vida. Estratégias de deformação, de tratamento da imagem e de questionamento da função da linguagem como um indexador da realidade constituem o programa crítico, a ordem do dia, dos surrealistas na França. Eles estenderão esse programa crítico para diversas formas de expressão: cinematográfica, poética e literária mas, sobretudo, como uma forma de vida. Os surrealistas, em seu programa crítico e irruptivo, propunham ao homem uma reinvenção do seu modo de ser. fundamentalmente, ao se posicionarem contra o enclausuramento do espírito, algo que encontrava eco na própria cultura em suas práticas de amaneiramento da experiência.

O Primeiro Manifesto pode ser entendido como a defesa do estado onírico onde a imaginação seria a força propulsora da criação. Breton pensa o Surrealismo como algo que livrará a imaginação e criação artística do racionalismo imposto desde Descartes – mentor da ciência moderna.

Antes da publicação do *Segundo Manifesto do Surrealismo*, onde Breton efetivamente coloca o Surrealismo como disciplina revolucionária, escreve *Nadja* (1928), uma obra literária autobiográfica que trata do envolvimento curto que teve com uma mulher, de mesmo nome. A obra pode ser analisada em diversas perspectivas, não obstante, para o

quê nos interessa neste ensaio, cabe destacar o fato de Nadja ser uma mulher considerada “alienada” e ser internada no hospício de Vaucluse, na França.

Quando Nadja é internada Breton faz um longo discurso do porquê ser contra a medida, afinal Nadja foi internada, segundo ele, pelas “excentricidades a que se havia entregue nos corredores de seu hotel” (BRETON, 1987, p.141).

As críticas são: 1) não vê nenhuma extrema diferença, para Nadja, entre estar dentro ou fora do hospício, talvez pela única que seria o fato do tratamento antiquado e impessoal que dariam aos pacientes; 2) ao fato de privarem o “alienado” de seus entes queridos e serem jogados ao convívio de pessoas que poderiam estar em situações mais graves; 3) aos argumentos defendidos no último Congresso internacional de Psiquiatria da época, onde havia sido decidido a posição de combater a ideia popular segundo a qual as pessoas alienadas demorariam muito a sair dos hospícios, ou mesmo de que uma vez internadas, dificilmente voltariam a gozar da liberdade. Os alienistas defendiam esta posição de desmistificar as internações valendo-se de exemplos de catástrofes ocasionadas pela volta do alienado à liberdade. Assim, por não saberem como proceder, optavam por encerrar o “alienado” no hospício pela vida, o que, ao invés de protegê-lo, só acabaria agravando seu estado clínico. E completa dizendo que 4) “dada a infância extraordinariamente recente da psiquiatria, não saberíamos em nenhum grau falar de cura realizada nestas condições.” (BRETON, 1987, p.146). Para Breton, não haveria nada que justificasse a privação do ser humano de sua liberdade e por isso considera todas as reclusões arbitrárias.

Breton temia pelo fato de Nadja ser pobre porque, segundo ele, isso faria com que ela não recebesse o tratamento dispensado às pessoas ricas em clínicas particulares onde os internos pudessem receber visitas das pessoas amadas e seriam “reconduzias gradativamente a um sentido aceitável da realidade, para o que seria necessário nenhuma precipitação, dando-se ao trabalho de regredir por si própria à origem de sua perturbação(...)” (BRETON, 1987, p.148) E antes de retomar sua narrativa, Breton chega a um dos pontos centrais da sua obra, quando diz que a liberdade e a emancipação humana sem restrições seria a única causa verdadeiramente importante de se servir (BRETON, 1987, p.148).

O livro *Nadja*, além de ser tido como uma obra de literatura surrealista, pode ser tido como uma fonte histórica, devido as críticas feitas por Breton ao sistema psiquiátrico da década de 1920 e que nos leva a tecer algumas considerações.

A ATUALIDADE DE NADJA EM TEMPOS DE DSM-4

Seria cômico se não fosse trágico a inapelável atualidade de *Nadja* e do *Segundo Manifesto Surrealista*, ambos endereçados aos excessos cometidos pela psiquiatria em suas atribuições. Posto que, tanto em um quanto em outro, estamos em pleno final da década de 20 do século passado, portanto antes do evento radical que evidenciou o esfacelamento do projeto civilizatório Moderno – a Segunda Guerra Mundial - cabe a nós lançar luz sobre esta atávica similitude com o estado de coisas do contemporâneo, enfatizando as questões pertinentes à saúde mental.

Em *Educação após Auschwitz* e em muitos outros pontos de suas formulações, Theodor Adorno (1985) lança mão de um pungente programa de reordenação para a humanidade, e sobretudo, para as ciências. A emblemática frase *Auschwitz nunca mais* serviu de flâmula para este necessário programa proposto pela Escola de Frankfurt, destinado a estabelecer um princípio sobre o qual todas as áreas do saber deveriam se submeter, com o objetivo expresso de prevenir catástrofes históricas como o Holocausto. A direção da reflexão frankfurtiana orbitavam em torno do espanto diante da viabilidade sociocultural encontrada pelo III Reich, tanto para a implementação do nazismo, quanto para a aceitação popular que se observou nos eventos que decorreram da ascensão de Hitler ao poder. Grosso modo, os frankfurtianos passaram a se debruçar sobre as condições de possibilidade do Holocausto a partir da emergência da Modernidade. Ou seja, passaram a procurar pela lógica da construção da barbárie no processo de gestação do chamado espírito moderno.

Se nos ativermos às proposições de alguns autores, como por exemplo Figueiredo (1999), segundo os quais a Modernidade, desde de seus primeiros respiros, foi um período caracterizado pela imprescindibilidade do contato da civilização ocidental europeia com formas radicais de alteridade, a partir do incontornável chamado do mar às grandes navegações, algo que impulsionou a evasão e a invasão do/no velho mundo para/pelas outras culturas do mundo, como causa e efeito simultâneos de uma ruptura com a tradição da segura sociedade fechada, em prol da insurgência das libertas sociedades modernas, podemos situar alguns elementos que estiveram presentes desde o início na gestação desse espírito moderno. Marcas como o adensamento do foro íntimo, impulsionado pela progressiva queda do divino (Bruckner, 2002) ocasionando um aumento no espaço das

virtudes morais, desenvolviam-se a passos tão largos quanto as crises identitárias subsequentes. Na célebre passagem dos *Irmãos Karamázov*, de Fiódor Dostoievsky, em que um dos personagens - Ivan Fiodorovitch Karamazov- ao comentar sobre as consequências da queda do divino, e de tudo aquilo que nela se apoiava para existir, afirma que "(...) não haverá mais nada amoral, tudo será permitido, até a antropofagia" (2008, p. 110), encontramos uma perfeita síntese da tese defendida por Vladimir Jankelevitch (1991), segundo o qual o problema humano, antes de mais nada, seria um problema moral e que, para o ocaso da modernidade não se converter no ocaso da humanidade, todos os projetos reformistas ou revolucionários deveriam, sob pena de fracasso anunciado, encontrar sua pauta na possibilidade do contato com os percalços advindos da própria condição humana.

Assim, seja no âmbito da Teoria Cultural ou da Teoria Social, o ponto de concordância consiste na evidência de que a história da Modernidade, foi a história das tentativas de reorganização da ordem civilizatória a partir do advento da sobrevalorização da liberdade do espírito, enquanto valor máximo a ser defendido. Porém, é possível afirmar, segundo Figueiredo (1999) que, muito embora se mostre irrisória qualquer tentativa de afirmar um ponto nodal de insurgência das problemáticas, uma das questões fundamentais desta gestação do espírito moderno é identitária. Portanto, se o aprobe filosófico nos aponta a moral como cerne da questão moderna, a psicologia pode contribuir apontando para a questão identitária como foco de investigação.

Isso porque a História da Modernidade demonstra uma oscilação cíclica entre períodos de expansão e retraimento deste espaço de liberdade da experiência singular, o que inevitavelmente trouxe problemas identitários constituídos e constituintes de dilemas morais. O padrão cíclico do movimento histórico moderno ao qual chamamos a atenção, nos mostra uma tendência à intolerância às formas de alteridade, à diferença do outro com quem se convive no interior dos cinco séculos que precedem o momento contemporâneo. É facilmente detectável àqueles que se debruçam sobre o estudo da História da Modernidade identificar um padrão de intolerância que se faz acompanhar por algum processo, mais ou menos brutal, de exclusão. Seja na perseguição às bruxas, hereges e estrangeiros sobre os quais se projetavam as responsabilidades por toda a loucura do século XVI; ou àqueles que ousavam desafiar de algum modo o império das representações do Estado Absolutista, no século XVII; ou àqueles que se mostravam contrários à onda das revoluções sociais, no século XVIII; ou àqueles que se mostravam

avessos à ideologia do progresso, no século XIX; e, finalmente, àqueles que se desviavam, de algum modo, das imposições dos regimes disciplinares, no século XX. Em todas estas passagens, grossamente sintetizadas, o que estava em jogo era a afirmação de uma unidade identitária soberana que, dentro de uma conjuntura cultural complexa, buscava indexar a si uma legitimação moral para justificar a separação entre “o joio e o trigo”. Portanto, o favorecimento da intolerância às formas de alteridade como meio de formação de unidades identitárias ficcionais, acompanhou o processo de gestação do espírito moderno, por conta de uma preponderância do medo em detrimento da curiosidade, ou seja, do preconceito em detrimento do esclarecimento, condição *sine qua non*, segundo Adorno e Horkheimer (1985), para a emancipação da qual Breton se referiu. Quando Breton se refere à infância extraordinariamente recente da psiquiatria para ironizar o grau de maturidade de suas formulações e deliberações, pretensamente habitadas por um *furor sanandi* expresso em atos extremos, como no caso da internação compulsória de Nadja em um hospital para alienados, estamos diante de um brado inflamado do pai do movimento Surrealista, cujo programa de reformas do espírito era habitado por um intenso desejo por desfazer o compromisso do homem e da sociedade com uma clausura secular, preconizada, dentre outras coisas, pelo racionalismo cartesiano, principal responsável pela criação do que eles irão chamar de princípio totalitário da identidade, ou seja, a ideia segundo a qual as produções verdadeiras e legítimas estariam condicionados a um regime de similitude em relação ao sujeito epistêmico, purificado das imperfeições do espírito, ou seja, apartado daquilo que, inevitavelmente, caso respeitado, colocaria em cheque os padrões de uma identificação fundada no ode a intolerância ao caráter contraditório e imprevisível do homem, a saber, apartados da subjetividade.

Como pai da ciência moderna, o racionalismo cartesiano e também o empirismo baconiano, constituem o espírito do principal documento internacional de regulação das doenças mentais, o DSM. A partir de suas periódicas atualizações, este documento se propõe a facilitar a comunicação entre profissionais de diferentes orientações que se deparam com dificuldades na tarefa de aplacar o sofrimento gerado pelas doenças mentais. Ao advir desta tradição baconiana-cartesiana, o manual demonstra, no contemporâneo, a continuidade da infância, agora, extraordinariamente tardia da psiquiatria no trato com a saúde mental. Trata-se de um manual a teórico e com enunciados, geradores de efeitos para aqueles a quem são submetidos, e

fundamentalmente comprometido com a preservação de uma dualidade entre o normal e o patológico.

Ora, se o tratado bretoniano precedeu a emergência da Segunda Guerra Mundial, e dele podemos extrair um padrão de similaridade no que tange a uma versão novecentista de uma das marcas mais fúnebres que assombram secularmente o espírito moderno, e dado o caráter urgente e universal do programa de reformas proposto pelos frankfurtianos, no sentido da promoção de uma ética fundada, sobretudo, na tolerância a formas radicais de alteridade, como princípio de evitação de catástrofes históricas, nada justifica a insistente reincidência de manuais especulativos, descompromissados com a reflexão moral pós- Auschwitz, com a suposta tarefa de facilitar a comunicação mas que, quando criticamente analisados, facilmente são identificados em sua agremiação com um viés carregado de intenções ideológicas típicas do espírito moderno em suas facetas mais sombria: o horror à alteridade associado a necessidade de criação de identidades ficcionais que demarquem um dualismo entre o normal e o patológico, tudo legitimado pelo discurso científico, sabidamente ideológico.

UM LEGADO DELEGADO AO CONTEMPORÂNEO

O antimanicomialismo contemporâneo traz em seu bojo um denso processo sociocultural de lutas cuja significação histórica deve advir das orientações propostas por pensadores da cultura - como por exemplo as contribuições da Escola de Frankfurt. Os movimentos sociais que sempre animaram as implementações da resistência à tendência de reestabelecimento da barbárie, devem ocupar todos os setores onde discussões e decisões pertinentes ao assunto se mostrarem presentes. Assim, se o DSM-4 -versão do manual em vigência- serve de exemplo atual para ilustrar, no âmbito da saúde mental, uma dinâmica cíclica na história da constituição do espírito moderno, o resgate histórico do movimento de vanguarda surrealista, no entreguerras novecentista, presta-se a demonstrar tanto a pertinência do brado erguido por seus protagonistas, especialmente Breton, contra a brutalidade dos tratamentos àqueles considerados alienados, como aos critérios usados para validar tais procedimentos.

Faz-se mister enfatizar que a vigilância contra o previsível reaparecimento da intolerância à alteridade, não é tarefa exclusiva do campo da saúde mental, mas de todos os campos onde faz-se notar manifestação desta que é uma das principais sombras de nossa Modernidade tardia.

Por fim, se a Psicologia deve, em seu modo de fazer ciência, se valer da *função desilusionadora* proposta por Figueiredo (1999), contribuindo para desconstruir ilusões ocasionadoras de alienações constituintes de estados patológicos individuais e coletivos; a História, segundo Benjamin (1985), deve ser vista a contrapelo para não se deixar ludibriar pelo fluxo hegemônico dos discursos cuja meta é a comprovação da materialidade do progresso social, algo que, como vimos, está profundamente associado com o compromisso ideológico em manter intacto um injustificável estado de coisas.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**: Fragmentos Filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: 1985.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras: 2004.

BAUMAN, Zigmund. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Jorde Zahar Ed.: 1998.

BENJAMIN, Walter. **Teses Sobre o Conceito de História**. In: Magia e Técnica, Arte e Política - Obras Escolhidas 1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

BRETON, André. **Nadja**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BRUCKNER, Pascal. **A Euforia Perpétua**, Lisboa: Editora Notícias, 2002.

DSM-IV-TR- **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

DOSTOIÉVSKI, Fiodor. **Os Irmãos Karamazov**. São Paulo: Editora 34, 2008.

FIGUEIREDO, Luis Cláudio. **A Invenção do Psicológico**. Quatro Séculos de Subjetivação. 1500-1900. São Paulo: EDUC/ESCUTA, 1999.

FOUCAULT, Michel.. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1977.

JANKÉLÉVITCH, V. O **Paradoxo da Moral**. Campinas: Papirus, 1991.

ROUDINESCO, Elisabeth. **História da Psicanálise na França**. A Batalha dos Cem Anos, volume 1: 1885-1939. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.